

AOS TRABALHADORES DO SECTOR FINANCEIRO



LONGOS HORÁRIOS DE TRABALHO E PRECARIDADE SEM LIMITES REALIDADES DE MARCA NO SECTOR BANCÁRIO

Os resultados dos bancos mostram que a crise não chegou ao sector financeiro – a comprovar esta afirmação estão os números que têm vindo a ser divulgados quanto aos lucros dos bancos em 2009, que foram superiores a 4.700 milhões de euros diários.

Em contrapartida, os trabalhadores do sector financeiro têm vindo a assistir a uma desvalorização real dos salários e, em simultâneo, ao aumento de prémios irregulares que, tal como o nome indica, estão sempre dependentes de objectivos muitas vezes inatingíveis.

O cumprimento, dos horários de trabalho no sector financeiro é uma miragem, sem que as entidades fiscalizadoras cumpram com o seu dever.

O Governo, totalmente submetido ao poder financeiro, não exerce a sua acção fiscalizadora, nem tem dado as condições materiais e humanas à Autoridade para as Condições de Trabalho, para que este organismo possa actuar.

Os trabalhadores bancários trabalham muitas horas para além do seu horário de trabalho sem que registem o trabalho suplementar correspondente. O salário hora dos trabalhadores bancários é substancialmente reduzido e, ardilosamente, os banqueiros vão pagando isenções de horário a muitos trabalhadores que, de acordo com o código do trabalho não teriam direito a ela, para assim contornarem a lei a não pagar o trabalho suplementar.

Contas feitas, se fosse cumprido o horário de trabalho, seriam milhares os postos de trabalho que seriam criados num sector que é dos mais rentáveis.

Os jovens trabalhadores, a maior parte deles licenciados, em situação precária, com medo de retaliações e na defesa de um posto de trabalho sujeitam-se a tudo – trabalhando muitas vezes mais de 9 horas por dia com um salário que, na maior parte das situações, se situa abaixo dos os 600 ou 700 euros mensais, havendo mesmo trabalhadores cujo salário/hora ronda os 2 Euros.

E o que faz o Governo? Protege os banqueiros dando-lhes significativos apoios dos Estado como, por exemplo, se passa com a cobrança de IRC relativamente reduzido...

O Organismo de Direcção do Sector Bancário da DORL do Partido Comunista Português exige do Governo uma fiscalização séria dos horários de trabalho no sector financeiro, a aplicação das coimas previstas na Lei, o pagamento das horas extraordinárias efectivamente trabalhadas e um aumento salarial que reponha o poder de compra perdido pelos trabalhadores nos últimos cinco anos.

O Organismo de Direcção do Sector Bancário da DORL do PCP exorta os trabalhadores a resistirem às arbitrariedades que acontecem todos os dias nos locais de trabalho exigindo trabalho com direitos e melhores condições de vida.

O PCP AFIRMA SEM RESERVAS E COM CONFIANÇA O SEU INCONDICIONAL APOIO AOS TRABALHADORES, ÀS SUAS REIVINDICAÇÕES E ÀS SUAS LUTAS.